

Estudo Técnico Preliminar 41/2021

1. Informações Básicas

Número do processo: 08200.022704/2021-21

2. Descrição da necessidade

O presente documento tem por objetivo identificar e analisar os cenários para melhoria de exames realizados e para a implementação de novos exames relacionados aos laboratórios do Setor de Perícias em Meio Ambiente (SEPMA), com compartilhamento de trabalho em sinergia com o Setor de Perícias em Medicina Legal e Odontologia Forense (SEMOD) e o Setor de Perícias Externas (SEPEX), todas pertencentes ao Instituto Nacional de Criminalística (INC).

Trata-se da aquisição de equipamentos e materiais de consumo destinados a equipar o Laboratório de Análise Animal e o Laboratório de Imagenologia do INC.

Após a publicação do edital 07/2021 (SEI-20262651), referente ao processo 08200.006197/2020-06, verificou-se que os itens relacionados a radiologia são formalmente classificados como bens de informática, estando sujeitos às regras do direito de preferência reguladas pelo Decreto nº 7.174/2010, quando aplicável. A correção deste vício resultou no desmembramento do processo original em dois outros processos, 08200.020103/2021-84 (equipamentos de radiologia) e 08200.022704/2021-21 (demais itens, que resultaram em desertos).

O Estudo Preliminar da Contratação visa, ainda, demonstrar a viabilidade técnica e econômica das soluções identificadas, fornecendo as informações necessárias para compor o Termo de Referência e subsidiar o processo de aquisição.

Justifica-se a necessidade da presente aquisição, por se tratarem de equipamentos fundamentais para o funcionamento do Laboratório de Análise Animal e do Laboratório de Imagenologia.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A DITEC, por meio do Instituto Nacional de Criminalística - INC, desenvolve suas atribuições atendendo às requisições de perícias provenientes de inquéritos policiais e processos penais. O INC possui instalações modernas, laboratórios certificados internacionalmente e atua também como Centro Nacional de Difusão de Ciências Forenses. Desse modo, a DITEC realiza, além dos exames periciais, ações de capacitação, pesquisa aplicada e desenvolvimento de tecnologias e métodos específicos para a atividade pericial.

Diversos procedimentos ordenados e encadeados ocorrem ao longo da persecução penal, sendo que a prova pericial se reveste de grande relevância. O princípio do contraditório leva em conta a igualdade de oportunidade entre as partes de apresentar argumentações e provas e de contradizê-las perante um juízo. Como consequência, é premente a necessidade de investimento e capacitação para produção de provas materiais com qualidade e eficiência. Além disso, é necessário garantir a cadeia de custódia, processo usado para manter e documentar a história cronológica das amostras examinadas, e fundamental para garantir a idoneidade e a rastreabilidade das mesmas.

Com a missão de atuar em prol da Justiça e dos Direitos Humanos, com a produção de prova material científica isenta e de qualidade e a visão de tornar-se referência mundial na aplicação e no desenvolvimento das Ciências Forenses, faz-se necessária a aquisição de equipamentos e materiais de consumo para as instalações laboratoriais capazes de atender a essas demandas.

A realização de exames periciais em estrutura própria da criminalística federal atende aos requisitos e princípios da criminalística, permitindo maior controle de materiais, documentos, amostras, protocolos, exames e tratamento dos resultados, além da rigorosa manutenção da cadeia de custódia. Permite também o desenvolvimento de metodologias e técnicas periciais inovadoras e a realização de pesquisas em ciências forenses, isoladamente ou em parceria com cientistas e instituições nacionais e internacionais.

Nesse contexto, com a implementação de novos laboratórios, o Setor de Perícias em Meio Ambiente (SEPMA) do Instituto Nacional de Criminalística (INC), será capaz de oferecer serviços especializados em perícia médico-veterinária e de análise animal, com capacidade de empregar técnicas analíticas precisas e exames acreditados, correspondentes às crescentes demandas institucionais, com os seguintes objetivos:

- Realizar perícias criminais de competência do Setor de Perícias em Meio Ambiente e áreas correlatas do Instituto Nacional de Criminalística;
- Atuar como referência nacional e internacional em medicina veterinária legal e exames em animais; Realizar ações de pesquisa, desenvolvimento e inovação em perícia médico-veterinária;
- Atuar como centro de difusão de tecnologia e expertise em perícia ambiental; Manter banco de dados e de material de referência.

O INC já possui a estrutura física laboratorial que permite a realização de exames em animais, produtos e subprodutos de origem animal, cujas instalações estão localizadas em espaços sob coordenação das unidades SEPMA/DPER/INC/DITEC e SEMOD/DPER/INC/DITEC.

No ano de 2019 foi realizada uma parceria entre as unidades citadas com vistas ao uso compartilhado de instalações de interesse comum, objeto do processo de adequação da estrutura física no 08201.000708/2019-24.

A estruturação dos laboratórios, objeto do presente processo de aquisição, também poderá contribuir de forma positiva para os trabalhos desenvolvidos pelo SEPEX/DPER/INC/DITEC. A unidade realiza trabalhos relacionados a DVI (identificação de vítimas de desastres), a exames post mortem e a perícias em local de crime.

Ainda faltam, entretanto, os equipamentos e materiais necessários ao pleno funcionamento desses laboratórios, conforme será demonstrado a seguir.

LABORATÓRIO DE ANÁLISE ANIMAL

O Laboratório de Análise Animal, objeto do presente processo de aquisição, localiza-se na sala F108 e destina-se aos exames de necropsia forense animal, de patologia forense animal, e de identificação animal, para a identificação de espécie e o diagnóstico da causa, tempo e dinâmica da morte.

Atualmente, o Laboratório de Análise Animal já conta com materiais básicos para realização de necropsias forenses, como parte do instrumental e mesa de necropsia, entretanto, a aquisição de equipamentos e instrumentos especializados implicará em melhoria da qualidade e maior segurança dos exames.

A avaliação patológica de animais ou partes de animais para fins judiciais tem vários objetivos. A necropsia forense é um conjunto de procedimentos, organizado e hierarquizado, utilizado para examinar um cadáver na busca de informações que esclareçam as alterações que o levaram à morte.

O exame permite, dessa forma, determinar a causa da morte; auxiliar no diagnóstico de doenças; caracterizar lesões ou anormalidades que, sozinhas ou em combinação, são responsáveis pelo início da sequência de perturbações funcionais que levaram à morte; determinar o mecanismo da morte, tido como a mudança estrutural ou funcional que tornou a vida independente não mais possível; determinar a maneira da morte, meio através do qual a causa da morte ocorreu; e identificar o intervalo pós- morte, que é o tempo transcorrido desde o óbito do animal.

A recuperação de vestígios, a reconstrução e a documentação da sequência de eventos são também objetivos que devem ser considerados em uma avaliação forense desta natureza. Vestígios de crimes podem incluir projéteis de arma de fogo ou seus fragmentos, amostras de tecidos ou órgãos, conteúdo gastrointestinal, insetos com relevância em entomologia forense, resíduos químicos, amostras de pelos ou penas, entre outros.

Para tanto, é de responsabilidade do Perito Criminal os procedimentos adequados para documentar e associar os vestígios ao animal, assim como a adequada embalagem e conservação das amostras.

LABORATÓRIO DE IMAGENOLOGIA

O Laboratório de Imagenologia será localizado nas salas F004a e F051 e atenderá demandas do SEPMA, do SEMOD e do SEPEX.

Destina-se aos exames de diagnóstico por imagem e necropsia virtual. Necropsias minimamente invasivas, também conhecidas por necropsias virtuais, realizadas por meio de equipamentos de diagnóstico por imagem, estão sendo cada vez mais utilizadas para complementar e até mesmo substituir a necropsia convencional em diversas situações.

A necropsia virtual em animais domésticos e silvestres e em cadáveres humanos se apresenta como uma importante técnica alternativa e/ou complementar à necropsia convencional. Ao lado de procedimentos convencionais, como a necropsia e a histopatologia, é possível dispor de equipamentos de investigação que permitem ampliar o diagnóstico em patologia, dentre eles os exames radiográficos, a tomografia computadorizada e ressonância magnética para corpo inteiro, sem necessidade de prévia abertura de cadáver e separação de órgãos, modalidade de exame que ficou conhecida como necropsia virtual. Por meio desses métodos, é possível detectar não somente as alterações estruturais e funcionais causadas por determinadas doenças, como também identificar suas causas e até prever o comportamento biológico de determinados agentes, inclusive os de saúde pública.

Todos estes benefícios proporcionados pelo Laboratório de Imagenologia atingirão também as perícias realizadas em cadáveres e restos mortais humanos, sob responsabilidade do SEMOD.

COMPROVAÇÃO DA DEMANDA

O Laboratório de Análise Animal tem experimentado uma demanda crescente por exames em animais desde o início de suas atividades em 2019, a exemplo dos exames de animais petrolizados no Nordeste (Nº de registro: 2339/2019-DITEC/PF), animais mortos no

desastre de Brumadinho (Nº de registro SISCrim: 322/2020-DITEC/PF) e casos de caça ilegal (Nº de registro SISCrim: 824/2019-SETEC/SR/PF/MT). Os referidos casos impuseram, e ainda impõe, elevada atividade ao laboratório.

Casos de perícia envolvendo animais possuem ocorrência recorrente no Sistema Nacional de Criminalística. Em todo o país, foram produzidos 1189 Laudos de Perícia Criminal em Animais nos últimos cinco anos (SISCrim - Relatório Nacional de Produção - Dados de busca: Período de 01/05/2015 à 05/05/2020 Área de exame: Perícias de Meio Ambiente e Classe do laudo: Laudo de Exame de Animal).

Os Laboratórios objetos do presente estudo podem atuar na realização destes tipos de exames e no auxílio às Unidades de Criminalística Descentralizadas da PF ou Unidades de Criminalística Estaduais recebendo materiais, orientando, capacitando e padronizando metodologias de exames.

Os exames realizados no Laboratório de Imagenologia complementarão aos exames de necropsia tradicionais realizados no Laboratório de Análise Animal, absorvendo a mesma demanda deste, e contribuindo para a ampliação e melhoria da qualidade do diagnóstico em patologia forense.

OBJETIVOS E JUSTIFICATIVAS DA CONTRATAÇÃO

Com as aquisições propostas, pretende-se que os equipamentos e materiais permitam o desenvolvimento de metodologias de exame mais eficientes e a proposição de fluxos de atendimentos periciais onde o Instituto Nacional de Criminalística poderá ser demandado, por intermédio do SEPMA, pelas unidades descentralizadas e perícias estaduais, no apoio a exames de maior complexidade e sensibilidade.

Também espera-se que os equipamentos e materiais sejam utilizados em pesquisas científicas aplicadas à solução de problemas da criminalística e em capacitações, a exemplo do Curso Avançado de Medicina Veterinária Legal, que contará com treinamentos em necropsia, diagnóstico por imagem, zoomorfologia forense e identificação animal ministrados por profissionais do Brasil e do exterior.

Além disso, o imageamento digital dos procedimentos durante a necropsia e a mensuração e pesagem de órgãos são fundamentais para a análise dos resultados, registros periciais e acreditação.

A pretensa aquisição visa, portanto, melhorar a qualidade dos exames realizados no laboratório e proporcionar melhores condições de trabalho e de segurança aos servidores envolvidos.

Alguns dos objetivos mais específicos da aquisição são, por exemplo, melhorar a limpeza dos materiais sob exame e do ambiente, permitir registros precisos dos materiais, propiciar segurança no transporte de materiais pelas instalações, conservar adequadamente os materiais, permitir a coleta adequada de amostras para encaminhamentos a outros laboratórios, realizar a pesagem e caracterização dos vestígios e amostras por meio de balanças de precisão, identificar adequadamente os materiais e prover segurança aos colaboradores por meio de EPIs.

O Processo conta, ainda, com itens cancelados por inexistência de proposta ou por valores acima do preço de referência em procedimento de aquisição anterior, realizado pelo processo SEI 08059.002588/2016-48, tais como conjuntos e instrumentos para necropsia

confeccionados, em sua maioria, em material inox próprios para esse tipo de trabalho. Estes equipamentos são necessários para a realização dos exames de necropsia em todas as suas fases.

Scanner 3D odontológico

O escaneamento intra oral permite a obtenção de modelos tridimensionais odontológicos de forma rápida e eficiente. O uso desse equipamento auxiliará na análise de registros odontológicos em exames periciais de identificação animal e humana, exames de estimativa de idade, caracterização de lesões, traumas e padrões de desgaste dentário.

O escaneamento odontológico permitirá, ainda, o registro e armazenamento do perfil odontológico para a eventualidade de exames supervenientes, encaminhamento para análise de especialistas de forma remota, bem como formação de um banco de dados de morfologia odontológica que sirva de base para identificação de espécies animais em diversos contextos.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
SEPMA/DPER/INC/DITEC/PF	MARCO ANTONIO GARRIDO DE OLIVEIRA

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Por não se tratar de serviço, não há o que se falar de natureza continuada, duração e transição contratual.

O prazo de entrega dos materiais e equipamentos deve ser de no máximo 60 (sessenta) dias, contados do(a) da assinatura do contrato ou do recebimento da nota de empenho, em remessa única.

Os bens deverão ser entregues no almoxarifado da DITEC, no INSTITUTO NACIONAL DE CRIMINALÍSTICA, endereço: SPO Quadra 7 Lote 23 - Setor Policial Sul - Brasília/DF - CEP: 70610-200, de segunda a sexta em horário comercial.

Os equipamentos e materiais fornecidos devem seguir as especificações técnicas mínimas contidas no Termo de Referência.

Materiais de consumo que tenham prazo de validade, deverão ter a validade na data de entrega de no mínimo 80% do prazo de validade total.

Prazo de garantia de no mínimo 12 (doze) meses, observado o prazo maior oferecido pelo fabricante no mercado, a contar do recebimento definitivo. Para alguns equipamentos exige-se o prazo de garantia de 36 meses.

DETALHAMENTO DAS ESPECIFICAÇÕES

Item 1 - Aspirador/soprador de pó - capacidade máxima de 1 litro para pó; tensão /alimentação: 220V ou bivolt; alimentação: fonte ou bateria; material: plástico de alta resistência; potência mínima de 600W, características adicionais: portátil, compacto, bocais.

Item 2 - Balança suspensa tipo relógio - mecânica; capacidade de pesagem: 15 kg; acompanha arco, anel e panela; prato tipo bandeja removível em aço inox.

Item 3 - Lanterna portátil UV. Tipo de lâmpada: 365 nm a 395nm. Potência mínima lâmpada 4W. Alimentação: pilha AA.

Item 4 - Freezer ultra baixa temperatura - com capacidade de 450 l (+/-50 l); vertical; faixa de temperatura: -60 a -86 graus Celsius; resolução de 1 grau Celsius; 4 rodízios com freios; com 04 compartimentos internos, portas independentes, trava porta externa com tranca e chave; em aço com revestimento epoxi ou aço inoxidável na parte externa; câmara interna em aço inoxidável; com controle microprocessador, controles independentes para temperatura e alarmes; com alarmes audiovisuais para queda de energia e oscilação de temperatura, ajustáveis pelo usuário; com registro gráfico de 05 polegadas para 07 dias; bateria com recarregamento automático para alarmes e sistemas; com mostrador tipo digital; sistema de refrigeração em cascata; livre de CFC; alimentação: 220 V - 60 hz; estabilizador de tensão embutido no equipamento; acondicionado em material apropriado que garanta a integridade do produto; acompanha manual de instruções em português, assistência técnica no Brasil; garantia mínima de 12 meses.

Item 5 - Protetor facial - com suspensão, incolor, com catraca, 8 polegadas. Com proteção UV e testeira de plástico. Certificado de aprovação (CA) expedido pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), com prazo de validade contado a partir do ano de entrega.

Item 6 - Desinfetante à base de peróxido de hidrogênio - teor mínimo 4,2%, Solução aquosa concentrada, embalagem com 5 L.

Item 7 - Detergente para uso hospitalar/laboratorial - Detergente líquido concentrado para diluição em água, utilizado na limpeza de instrumentais de aço inoxidável, aço-carbono, polipropileno, nylon, silicone e látex, Mecanismo de ação: decompõe sangue e fluídos corpóreos. Isento de fosfato e silicato. Não corrosivo, atóxico e de enxágue simples. Laudos de irritação ocular e dérmica (o fornecedor deverá apresentar a fórmula de diluição do produto suficiente para 1 litro de solução). Laudos de irritabilidade e corrosão, pH 9, composição: polimerização do óxido de propileno e do óxido de etileno, alcalinizante, diluente, atenuador de espuma, corante, essência e água. Na embalagem deverá constar número do registro no Ministério da Saúde, lote, data de validade e de fabricação do produto. Registrado na ANVISA/ministério da Saúde. OBS: O produto deverá ser acompanhado de certificado de controle de qualidade, do boletim técnico e ficha de informação de segurança de produto químico (FISPQ). EMBALAGEM: Galão 5L. O prazo de validade mínimo deve ser superior a 1 ano.

Item 8 - Caixa para armazenamento de ossos - em poliestireno alto impacto, com tampa, cor branca. Dimensões aproximadas: altura 23 cm; largura 31 cm, comprimento 54 cm (com margem de aproximação de 4 cm).

Item 9 - Tubo para coleta de amostra biológica - feito de plástico, com ETDA, à vácuo, estéril, descartável, e de volume 4 ml.

Item 10- Tubo para coleta de amostra biológica - feito de plástico, sem aditivo, à vácuo, estéril, descartável, e de volume 10 ml.

Item 11 - Esponja de limpeza - feita de espuma e fibra sintética, no formato retangular, com abrasividade média, com dupla face: parte macia de cor amarela e parte áspera de cor verde escuro. Medidas de comprimento mínimo de 110 mm, largura mínima de 75 mm, espessura mínima de 20 mm.

Item 12 - Embalagem para esterilização - material papel grau cirúrgico, composição com filme polímero multilaminado, gramatura/espessura cerca de 60/m², apresentação rolo de 100 m, componentes adicionais termosselante, tamanho cerca de 40 cm, componentes com indicador químico, tipo de uso único.

Item 13 - Etiqueta autoadesiva feita de papel alcalino - de cor branca, no formato retangular. Medidas com altura de 25,40 mm, largura 101,60 mm. Uso em impressora de tinta à jato. Caixa ou pacote com 100 folhas. Cada folha com 20 etiquetas.

Item 14 - Lixeira cilíndrica de aço inox - com dimensão aproximada de 29 cm (diâmetro) x 45 cm (altura), com capacidade para 20 litros, com cesto removível, pedal de acionamento na tampa, base antiderrapante.

Item 15 - Afiador de facas - discos diamantados de alta capacidade de afiação e durabilidade, permite afiação em dois sentidos. Duas opções de afiação: desbaste e acabamento. Recuperação do fio com rapidez e precisão. Suporte em abs com detalhes em aço inoxidável resistente. Cabo feito de polipropileno. Base anti-deslizante. Dimensões produto (compr. X larg. X alt.): 198x 52x 66 mm. Discos diamantados. Suporte em abs feito de polipropileno de cor preta.

Item 16 - Faca com lâmina em aço inoxidável - faca profissional de açougueiro - com dimensões mínimas de 30 x 5 x 1 cm. Cabo de polipropileno com proteção antibacteriana na cor branca.

Item 17- Kit instrumental com 32 itens - contendo: 1 caixa de inox entre (máx. e mín.) 32x16x08 cm a 26x12x06 cm, 1 cabo de bisturi nº 4; 10 lâminas (mínimo) de bisturi para cabo nº4; 1 par de afastador Farabeuf; 1 pinça anatômica dente de rato 18 cm ou 16 cm; 1 pinça anatômica com serrilha 18 cm ou 16 cm; 4 pinças Backhaus 13 cm; 2 pinças Allis 18 cm ou 15 cm; 1 pinça para antisepsia Foester; 2 pinças Halsted mosquito reta 12 cm; 2 pinças Halsted mosquito curva 12 cm; 2 pinças Kelly reta 18 cm ou 16 cm; 2 pinças Kelly curva 18 cm ou 16 cm; 1 pinça Rochester reta 20 cm ou 16 cm; 1 pinça Rochester curva 20 cm ou 16 cm; 2 pinças Kocher reta 20 cm ou 16 cm; 2 pinças Kocher curva 20 cm ou 16 cm; 1 tesoura cirúrgica romba/romba/reta 17 cm ou 15 cm; 1 tesoura cirúrgica fina/fina/reta 17 cm ou 15 cm; 1 tesoura cirúrgica romba/fina/curva 17 cm ou 15 cm; 1 tesoura spencer; 1 porta agulha Mayo Hegar 20 cm ou 16 cm.

Item 18 - Saco plástico para coleta de amostras - Saco feito de polietileno, com sistemas de fechamento com zip lock, hermético, transparente, com tarja. Com medidas 14 X 20 cm, embalagem com 100 unidades.

Item 19 - Agulha descartável (13 X 4,5 - 26G 1/2) com cânula de aço inoxidável - parede fina, siliconizada, bisel trifacetado com protetor de encaixe firme. Estéril em embalagem individual, adequada, segura, compatível com processo de esterilização e que permita abertura e transferência com técnica asséptica, contendo dados de identificação, procedência, data e tipo de esterilização, prazo de validade, nº do lote. Caixa com 100 unidades.

Item 20 - Saco plástico lixo capacidade 200 L - cor preta, apresentação em peça única, características adicionais: reforçado com cadarço, espessura mínima de 12 micra. Pacote com 100 unidades.

Item 21 - Barbante 8 fios - cor cru, 100 por cento algodão, acabamento superficial, rolo com 250 gramas.

Item 22 - Tricotomizador de uso animal - para remoção de pelos na preparação do paciente para cirurgia, com eixo móvel para segurança do paciente. Operado com ou sem cabo

elétrico (as duas funções); deve realizar a tonsura de todos os tipos de pelo (finos ou espessos, secos ou molhados) do corpo e da cabeça; conjunto da lâmina do tricotomizador fixo (não giratório); de fácil montagem e remoção; confeccionado com transmissão em aço para maior confiabilidade; acompanha lamina com ajuste de altura; autonomia para operar no mínimo 45 minutos após a recarga contínua de 12 horas; bateria de NIMH que carrega continuamente quando usado com cabo elétrico; LED sinalizador de bateria carregando. Alimentação 220V ou bivolt. Potência mínima de motor de 5000 rpm. Contendo: óleo lubrificante, escova de limpeza, lâmina. Bivolt automático.

Item 23 - Compressa de gaze - de 13 fios confeccionada em gaze hidrofílica de 100% algodão de tecido plano, não-estéril, com 8 camadas e 5 dobras, de cor branca, uso único. Com medidas de 7,5 cm x 7,5 cm ou 10 cm x 10 cm. Pacote contendo 500 unidades.

Item 24 - Porta-agulha ponta reta MayoHegar 2cm em aço inox. Item 28 - Cabo bisturi nº 4 em aço inox.

Item 25 - Machadinha de aço inox - com cabo em aço revestido de borracha, medidas aproximadas comprimento total 33cm, comprimento da lâmina 7,5 cm.

Item 26 - Concha em aço inox, pequena, aproximadamente 50 ml.

Item 27 Contraste iodado para TC - Solução de contraste não iônico de iodo na concentração mínima de 300 mg de iodo por ml, frasco de 100 ml, solução injetável de uso radiológico, com dispositivo para ser pendurado, com validade na data de entrega de no mínimo 80% do prazo de validade total. Referência: GUERBET ou equivalente ou de melhor qualidade

Item 28 - Contraste de bário para TC - Contraste radiológico, composição à base de sulfato de bário, concentração 100%, forma farmacêutica suspensão oral, frasco com 150 ml, com validade na data de entrega de no mínimo 80% do prazo de validade total.

Item 29- Sonda uretral n. 4 - Sonda Uretral Lubrificada, confeccionada em silicone, calibre nº 04, medindo 40 cm, pronto para o uso, estéril e descartável, com validade na data de entrega de no mínimo 80% do prazo de validade total.

Item 30- Sonda uretral n. 6 - Sonda Uretral Lubrificada, confeccionada em silicone, calibre nº 06, medindo 40 cm, pronto para o uso, estéril e descartável, com validade na data de entrega de no mínimo 80% do prazo de validade total.

Item 31 - Sonda uretral n. 10 - Sonda Uretral Lubrificada, confeccionada em silicone, calibre nº 10, medindo 40 cm, pronto para o uso, estéril e descartável, com validade na data de entrega de no mínimo 80% do prazo de validade total.

Item 32 - Sonda uretral n. 14 -Sonda Uretral Lubrificada, confeccionada em silicone, calibre nº 14, medindo 40 cm, pronto para o uso, estéril e descartável, com validade na data de entrega de no mínimo 80% do prazo de validade total.

Item 33 - Polietilenoglicol (macrogol), aspecto físico: líquido límpido incolor a amarelado, viscoso, peso molecular: em torno de 300 g, mol, fórmula química: h(och₂ch₂)noh, número de referência química: cas 25322-68-3. Apresentação: embalagem com 1 L.

Item 34 - Scanner intra oral - Scanner odontológico de alta precisão (6 microns ou superior), alta resolução, alta velocidade, sistema aberto, possibilidade de integração com todos os alinhadores, escaneamento com precisão de cores, remoção de tecidos automatizado, análise de pontos de contato, análise de retentividade (preparos), escaneamento com ZOOM, delimitação de término de preparo, câmera intraoral, espelhamento do software na TV, sem

necessidade de utilizar pulverização, registro de mordida automático, com possibilidade de escaneamento de detalhes direto do molde para pontos em que a luz não chega, com possibilidade de bloquear áreas escaneadas corretamente, para impedir o risco de sobrepor informação a esta área, com possibilidade de gravar, editar e enviar todo o processo de escaneamento, com algoritmo de digitalização que permita recomeçar de onde parou, com criação automática e manual de linhas de margem, com digitalização de impressão, com possibilidade de selecionar partes específicas para digitalização em alta resolução (em HD), que permita aferir medidas na imagem digitalizada, que permita identificar oclusões e graduá-las, com tecnologia 3D em movimento, com conectividade USB 3.0, bivolt, software preferencialmente em português, com alimentação via USB ou bateria; a empresa deverá fornecer, sem ônus, treinamento de operação e de manutenção a servidores indicados pela unidade demandante. O treinamento deverá abranger todas as funcionalidades do equipamento, exercícios práticos de uso e manutenção e será realizado no local de entrega do equipamento. Prazo de garantia mínima de doze (12) meses, a partir da instalação do equipamento.

5. Levantamento de Mercado

A maioria dos itens pretendidos possui mercado amplo no Brasil, com diversas empresas fornecedoras atuando.

Dessa forma, foi realizado estudo de mercado e pesquisa sobre a existência de marcas e modelos que atendam os interesses da administração.

O estudo verificou a existência de amplo mercado para a grande maioria dos itens. O Brasil possui extensa cadeia de negócios no ramo de laboratórios (produtos, fornecedores e fabricantes) que podem atender perfeitamente os requisitos especificados.

Observou-se também que os itens são rotineiramente adquiridos por entes públicos, motivo pelo qual a maior parte das cotações utilizadas na formação da cesta de preços foi retirada dos dados oficiais do Portal de Compras do Governo Federal.

Exceção se aplica ao item 36, que apresentou quantidade de fornecedores mais restrita. A dificuldade na busca por preços também deveu-se a grande variedade de especificações e preços encontrados nas plataformas de pesquisa de preços de licitações anteriores. Entretanto, foi verificado que a solução pretendida, conforme especificada, é indispensável para a construção do projeto. Dessa forma, esforços foram realizados na busca por fornecedores aptos.

6. Descrição da solução como um todo

A solução proposta é a aquisição de equipamentos e materiais de laboratórios, sistemas de imageamento e equipamentos de proteção individual (EPIs). Justifica-se pois tais itens são essenciais para o funcionamento do laboratório e para a realização dos exames periciais em estrutura própria da criminalística federal atendendo aos requisitos e princípios da criminalística, conforme exposto no item 2. Descrição da Necessidade.

A entrega dos itens no INC com a qualidade especificada e em perfeito estado de funcionamento irá produzir os resultados pretendidos e atingir de forma satisfatória o escopo previamente eleito.

Os equipamentos deverão ter garantia de 12 (doze) meses.

A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pela própria Contratada, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Os quantitativos estabelecidos são adequados a necessidade do requisitante e foram definidos de forma a atender a demanda da área.

Em que pese tratar-se de laboratório novo, em 2019 e 2020 o Laboratório de Análise Animal já foi demandado para atendimento de grandes operações nacionais, examinando dezenas de animais e centenas de partes de animais, conforme demonstrado na seção "2.Descrição da necessidade".

Foi verificada ainda, a existência de uma grande demanda com base em exames realizados nos últimos cinco anos em animais em todo o Sistema Nacional de Criminalística, conforme consta na seção "2.Descrição da necessidade". Demanda, esta, que tende a aumentar com a estruturação do laboratório e a divulgação, aos atores envolvidos, dos exames passíveis de realização.

Propõe-se, dessa forma, aquisições de equipamentos permanentes compatíveis com a demanda e com o espaço físico disponível nas instalações do INC e de materiais de consumo de forma conservadora para atendimento da demanda nos primeiros anos de utilização do laboratório, que deverá ter sua análise de consumo e reposição feita permanentemente por meio de procedimento de controle integrante do Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ) da área.

Segue a tabela 01 contendo os quantitativos estabelecidos. A classificação da categoria de material apresentada na tabela foi sugerida pela área. Entretanto, por se tratar de análise muitas vezes subjetiva, sugere-se a apreciação por unidade especializada.

Tabela 1 - Estimativa de quantidades e preços dos itens.

ITEM	MATERIAL	QUANT.	VALOR TOTAL (R\$)	VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL UN. (R\$)	CATEGORIA DO MATERIAL
1	Aspirador de pó portátil	2	R\$ 681,63	R\$ 340,82	Consumo
2	Balança suspensa tipo relógio	1	R\$5.280,00	R\$5.280,00	Permanente
3	Lanterna portátil UV	1	R\$179,55	R\$179,55	Consumo
4	Freezer ultra baixa temperatura	1	R\$36.070,00	R\$36.070,00	Permanente
5	Protetor facial	20	R\$393,90	R\$19,70	Consumo
6	Desinfetante a base de peróxido de hidrogênio	20	R\$1.428,13	R\$71,41	Consumo
7	Detergente para uso hospitalar	50	R\$1.000,00	R\$20,00	Consumo
8	Caixa para armazenamento de ossos	50	R\$2.500,00	R\$50,00	Consumo
9	Tubo para coleta para amostra biológica - 4 ml.	200	R\$140,00	R\$0,70	Consumo
	Tubo para coleta para				

10	amostra biológica - 10 ml	200	R\$134,00	R\$0,67	Consumo
11	Esponja de limpeza	100	R\$56,00	R\$56,00	Consumo
12	Embalagem para esterilização	1	R\$169,44	R\$169,44	Consumo
13	Etiqueta autoadesiva	3	R\$66,36	R\$22,12	Consumo
14	Lixeira cilíndrica em aço inox	4	R\$604,39	R\$151,10	Consumo
15	Afiador de facas	2	R\$186,34	R\$93,17	Consumo
16	Faca com lâmina de aço inoxidável	2	R\$115,67	R\$57,84	Consumo
17	Kit instrumental cirúrgico com 32 itens	2	R\$2.382,86	R\$1.119,43	Consumo
18	Saco plástico para coleta de amostras	20	R\$257,20	R\$12,86	Consumo
19	Agulha descartável (13x4,5 - 26G 1/2)	10	R\$129,47	R\$12,95	Consumo
20	Saco plástico lixo capacidade 200 L	8	R\$299,34	R\$37,42	Consumo
21	Barbante 8 fios	4	R\$20,79	R\$5,20	Consumo
22	Tricotomizador de uso animal	2	R\$3.420,00	R\$1.710,00	Consumo
23	Compressa de gaze	30	R\$1.211,50	R\$40,38	Consumo
24	Porta-agulha ponta reta MayoHegar	4	R\$205,72	R\$51,43	Consumo
25	Machadinha de aço inox	2	R\$228,72	R\$114,23	Consumo
26	Concha em aço inox	2	R\$22,97	R\$11,49	Consumo
27	Contraste iodado para TC	20	R\$1.002,67	R\$50,13	Consumo
28	Contraste de bário para TC	20	R\$308,60	R\$15,43	Consumo
29	Sonda uretral n° 4	30	R\$18,00	R\$0,60	Consumo
30	Sonda uretral n° 6	30	R\$21,00	R\$0,70	Consumo
31	Sonda uretral n° 10	30	R\$18,00	R\$0,60	Consumo
32	Sonda uretral n° 14	30	R\$16,76	R\$0,56	Consumo
33	Polietilenoglicol (macrogol)	5	R\$426,48	R\$85,30	Consumo
35	Scanner intra oral	1	R\$99.900,00	R\$99.900,00	Permanente

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 15.889,51

Foram pesquisados no mínimo 3 (três) preços para cada item, obedecendo, preferencialmente, aos incisos I e II do Art. 5º da IN 73/2020, quando disponíveis no sistema eletrônico de compras governamentais, ou por meio de buscas em sites comerciais da Internet, em cumprimento ao inciso III, escolhidos entre os preços mais vantajosos para a Administração, com a exclusão dos preços inexecutáveis e excessivamente elevados. Como último recurso, e apenas de forma excepcional, foram utilizados preços obtidos junto a fornecedores nacionais, de acordo com o inciso IV do Art. 5º da IN 73/2020.

A expectativa do custo total é de **R\$158.895,19** (cento cinquenta e oito mil, oitocentos noventa e cinco reais e dezenove centavos).

Os preços unitários referenciais são apresentados na tabela 01 constante da seção "7. Estimativas das Quantidades a serem Contratadas".

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

A solução será parcelada, devendo a licitação ser realizada por item. Uma vez que o objeto é divisível, não há prejuízo para o conjunto nem a perda de economia em escala.

A opção pelo parcelamento visa propiciar uma ampla participação de licitantes, que embora não disponham de capacidade para execução da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Durante a obra de ampliação do Instituto Nacional de Criminalística para implantação do Centro Nacional de Difusão de Ciências Forenses, foi realizado um procedimento de aquisição de equipamentos por meio do processo SEI 08059.002588/2016- 48 para equipar o Laboratório de Análise Animal, cujas instalações físicas já estavam previstas no projeto de ampliação original.

O processo, entretanto, restou em alguns itens cancelados por inexistência de proposta ou por valores acima do preço de referência. A presente aquisição visa, portanto, readequar e melhorar o projeto de aquisição levado à época.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A aquisição está alinhada com o Planejamento Estratégico da Polícia Federal, conforme os itens 9.1.4; 9.4.5; 9.4.6 do Anexo I da Portaria nº 4453/2014-DG/DPF, de 16 de maio de 2014, abaixo transcritos:

- Reduzir a Criminalidade (Objetivo Estratégico 9.4) Incrementar acordos e parcerias (Objetivo Estratégico 9.6)
- Fomento à Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (Ação Estratégica 9.1.7) Gestão da qualidade da prova (Ação Estratégica 9.4.4)
- Cooperação nacional (Ação Estratégica 9.6.2)

A excelência na atuação também é um dos pilares do Mapa Estratégico da Perícia Criminal da Polícia Federal, aprovado pela Portaria Nº 142/2012-DITEC/DPF de 14 de agosto de 2012, que traz entre seus objetivos estratégicos:

- Elucidar cientificamente crimes de atribuição da Polícia Federal (Objetivo 2) Promover o reconhecimento e a valorização da Perícia Criminal (Objetivo 3) Entregar resultados imparciais e cientificamente embasados à Justiça (Objetivo 4)
- Apresentar excelência na qualidade da prova (Objetivo 5)

- Utilizar métodos, normas e padrões validados ou reconhecidos mundialmente (Objetivo 6)
- Fortalecer e disseminar a cadeia de custódia de provas (Objetivo 7)
- Manter-se na vanguarda do conhecimento científico aplicado às Ciências Forenses (Objetivo 8)
- Promover a integração das ações da Perícia Criminal Federal com as Perícias Criminais Estaduais sob os aspectos técnicos e normativos (Objetivo 17)
- Promover a gestão do conhecimento (Objetivo 20)
- Incentivar a pesquisa e a difusão de Ciências Forenses (Objetivo 24) Gerenciar, manter e atualizar o parque tecnológico (Objetivo 25)

A presente proposta de aquisição encontra-se prevista no plano anual de aquisições (PAC) 2021.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

A presente contratação, visa à aquisição de equipamentos e materiais destinados a equipar o Laboratório de Análise Animal, sob coordenação do SEPMA/DPER/INC/DITEC/PF e o Laboratório de Imagenologia, sob coordenação do SEMOD/DPER/INC/DITEC/PF em parceria com o SEPMA/DPER/INC/DITEC/PF, e permitir a realização de exames em cadáveres humanos e animais, mais especificamente relacionados à área de conhecimento de patologia forense.

Como resultado a ser alcançado com a presente aquisição, em termos de economicidade, eficiência, eficácia, e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais ou financeiros disponíveis, inclusive com respeito a impactos ambientais positivos, almeja-se:

- Dar maior celeridade, qualidade de informação e precisão na realização dos exames e elaboração dos Laudos de Perícia Criminal;
- Otimizar o gasto público com recursos humanos e materiais, buscando investimentos em tecnologia de ponta e automatização;
- Garantir maior confiabilidade nos resultados obtidos nos exames de necropsia e patologia humana e animal da Criminalística da Polícia Federal;
- Atestar a competência e capacidade técnica dos Peritos Criminais Federais responsáveis pelos laboratórios;
- Realizar exames periciais em estrutura própria, com maior controle de amostras, realizar exames de tratamento dos resultados, manter a segurança da cadeia de custódia, buscando atender os requisitos e princípios da criminalística.
- Permitir o desenvolvimento de metodologias e técnicas periciais inovadoras e a realização de estudos e pesquisas para o desenvolvimento das ciências forenses, o que está alinhado com o Planejamento Estratégico do Órgão.
- Equipar a estrutura física laboratorial para realização de exames em cadáveres humanos e em animais e produtos de origem animal.
- Aumentar da eficiência e a eficácia dos trabalhos dos Peritos Criminais Federais relacionados aos crimes contra o meio ambiente;
- Difundir metodologias às unidades de criminalísticas;
- Melhorar as ações de capacitação e treinamento de responsabilidade das unidades envolvidas.

13. Providências a serem Adotadas

Para o Laboratório de Análise Animal, não são necessárias adequações do ambiente da instituição para que a aquisição surta seus efeitos, já que as instalações físicas são novas e são adequadas à instalação e guarda dos materiais.

Entretanto, encontra-se em andamento um projeto de ajustes da estrutura física do Laboratório de Imagenologia para melhor implementação do fluxo de exames (SEI no 08201.000708/2019-24).

Não é necessária a capacitação de servidores para manusearem os equipamentos pretendidos na aquisição destinada ao Laboratório de Análise Animal, pois tratam-se de bens comuns. O corpo técnico da SEPMA/DPER/INC/DITEC/PF já é habilitado para o manuseio dos equipamentos a serem adquiridos.

De toda forma, a capacitação do corpo técnico na área de patologia forense deve ter caráter permanente e contínuo. Devem ser previstos treinamentos em necropsia, diagnóstico por imagem, zoomorfologia forense e identificação animal ministrados por profissionais do Brasil e do exterior.

14. Possíveis Impactos Ambientais

Os laboratórios a serem equipados com a pretensa contratação são geradores de resíduos de de serviço de saúde. Foi elaborado por meio de contratação da DITEC/PF o Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde – PGRSS do INC (SEI 08200.018274/2019-29). O plano deverá ser implementado e contempla a disposição e tratamento adequado aos resíduos gerados pelos referidos laboratórios a serem contemplados com a aquisição proposta.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Diante do exposto, verifica-se que as aquisições propostas, nas condições e quantidades descritas neste estudo, são fundamentais para o pleno desenvolvimento do Laboratório de Análise Animal e do Laboratório de Imagenologia, estando alinhado com o planejamento institucional, sendo os produtos disponíveis no mercado. Constatamos, dessa forma, a viabilidade da contratação nos moldes aqui estabelecidos.

16. Responsáveis

KELLEN REJANE GOMES MONTEIRO

Médica Veterinária

SÉRVIO TÚLIO JACINTO REIS

Perito Criminal Federal



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES - CPL/SELOG/DITEC/PF
Tel.: (61) 2024-9573 / 9011

Edital nº 17/2021/2021-CPL/SELOG/DITEC/PF

Processo nº 08200.022704/2021-21

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que a **DIRETORIA TÉCNICO-CIENTÍFICA DA POLÍCIA FEDERAL**, por meio da **CPL/SELOG/DITEC/PF**, sediada no SAIS, Quadra 07, lote 23, Brasília/DF, CEP: 70.610-902, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, com critério de julgamento **menor preço** por item, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, do Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, da Instrução Normativa SLT/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 26 de abril, de 2018, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e as exigências estabelecidas neste Edital.

Data da sessão: 24/12/2021

Horário: 09h00

Local: Portal de Compras do Governo Federal – www.comprasgovernamentais.gov.br

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a aquisição de equipamentos e materiais de consumo para o Laboratório de Análise Animal e o Laboratório de Imagenologia do Instituto Nacional de Criminalística da Polícia Federal, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em 34 (trinta e quatro) itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

1.3. O critério de julgamento adotado será o menor preço do item, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto

2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União para o exercício de 2020, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade: 200406

Fonte: (0174020227)

Programa de Trabalho: 172391

Elemento de Despesa: EQUIP. MATERIAL PERMANENTE (449052) e MATERIAL DE

3. DO CREDENCIAMENTO

3.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

3.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.

3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão

3.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

4.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.

4.1.1. Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema.

4.1.2. Com exceção do item 34, a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

4.2. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

4.3. Não poderão participar desta licitação os interessados:

4.3.1. proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente

4.3.2. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

4.3.3. que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;

4.3.4. que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação;

4.3.5. entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio. *Em que pese a faculdade de permitir, ou não, a participação de empresas em consórcio ser uma competência da Administração que está promovendo a licitação, levando em consideração de que prevalece a vedação à participação dos consórcios em licitações em que o objeto for comum, simples, o que se aplica ao caso e que trata-se de poder discricionário da administração, aplica-se a vedação a consórcio*

4.3.6. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

4.4. Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

4.4.1. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;

4.4.1.1. nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;

4.4.1.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

4.4.2. que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

4.4.3. que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

4.4.4. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.4.5. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.4.6. que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009.

que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

4.4.7. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

4.4.8. que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

5.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

5.3. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

5.4. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de

habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

5.5. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.6. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.

5.7. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

5.8. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. Valor total do item;

6.1.2. Marca;

6.1.3. Fabricante;

6.1.4. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

6.6. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.6.1. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a fiscalização do Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES.

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não

apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

7.2.1. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

7.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor total do item.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

7.9. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.10. Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até dez por cento superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.10.1. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.11. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.11.1. Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos itens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.12. Poderá o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atender às exigências de habilitação.

7.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.17. O Critério de julgamento adotado será o menor preço, conforme definido neste Edital e seus anexos.

7.18. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.19. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.20. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.21. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.22. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.23. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.24. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.25. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens produzidos:

7.25.1. no país;

7.25.2. por empresas brasileiras;

7.25.3. por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.25.4. por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

7.26. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.

7.27. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

7.27.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.27.2. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 02 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.28. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.

8.2. O licitante qualificado como produtor rural pessoa física deverá incluir, na sua proposta, os percentuais das contribuições previstas no art. 176 da Instrução Normativa RFB n. 971, de 2009, em razão do disposto no art. 184, inciso V, sob pena de desclassificação.

8.3. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), desconto menor do que o mínimo exigido ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

8.3.1. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

8.4. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

8.5. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

8.6. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

8.6.1. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

8.6.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta-

8.7. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.8. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

8.9. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

8.9.1. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

8.9.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.10. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

8.11. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

9. DA HABILITAÇÃO.

9.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ();

c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ();

d) Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos - CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União - TCU;

9.1.1. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b”, “c” e “d” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>)

9.1.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.1.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

9.1.2.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

9.1.2.3. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

9.1.3. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inhabilitado, por falta de condição de participação.

9.1.4. No caso de inhabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.2. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação do licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.

9.2.1. O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;

9.2.2. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

9.2.3. O descumprimento do subitem acima implicará a inhabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.

9.3. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de inhabilitação.

9.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante

apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

9.5. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.6. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.6.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.7. Ressalvado o disposto no item 5.3, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

9.8. **Habilitação jurídica:**

9.8.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.8.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

9.8.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

9.8.4. inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

9.8.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

9.8.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

9.8.7. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

9.9. **Regularidade fiscal e trabalhista:**

9.9.1. prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.9.2. prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.9.3. prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.9.4. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.9.5. prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.9.6. prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.9.7. caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

9.9.8. caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

9.10. **Qualificação Econômico-Financeira.**

9.10.1. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

9.10.2. balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

9.10.2.1. No caso de fornecimento de bens para pronta entrega, não será exigido da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, a apresentação de balanço patrimonial do último exercício financeiro. (Art. 3º do Decreto nº 8.538, de 2015);

9.10.2.2. no caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

9.10.2.3. é admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato social/estatuto social.

9.10.2.4. Caso o licitante seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

9.11. **Qualificação Técnica**

9.11.1. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

9.11.1.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as características do item.

9.12. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

9.13. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

9.13.1. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

9.14. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

9.15. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

9.16. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

9.17. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

9.18. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.19. O licitante provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

9.19.1. Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor(es) cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do licitante nos remanescentes.

9.20. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

10. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA.

10.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 02 (duas) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

10.1.1. ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

10.1.2. conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

10.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

10.2.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

10.3. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93).

10.3.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

10.4. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

10.5. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

10.6. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

11. DOS RECURSOS.

11.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

11.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

11.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

11.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

11.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

12. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA.

12.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

12.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

12.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

12.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

12.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”), e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

12.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

13. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO.

13.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

13.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

14. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO.

Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

15. DA GARANTIA CONTRATUAL DOS BENS.

15.1. Não haverá exigência de garantia contratual dos bens fornecidos na presente contratação.

16. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE.

16.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

16.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

16.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.

16.2.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

16.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

16.3.1. a referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 8.666, de 1993;

16.3.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

16.3.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 79 e 80 da mesma Lei.

16.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados do recebimento definitivo do objeto, prorrogável conforme previsão no instrumento contratual ou no termo de referência.

16.5. Previamente à contratação a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, consulta prévia ao CADIN.

16.5.1. Nos casos em que houver necessidade de assinatura do instrumento de contrato, e o fornecedor não estiver inscrito no SICAF, este deverá proceder ao seu cadastramento, sem ônus, antes da contratação.

16.5.2. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

16.6. Na assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.

16.7. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato.

17. DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL.

17.1. As regras acerca do reajustamento em sentido geral do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

18. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO.

18.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

19. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA.

19.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

20. DO PAGAMENTO

20.1. As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

21. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

21.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

21.1.1. não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

21.1.2. não assinar a ata de registro de preços, quando cabível;

21.1.3. apresentar documentação falsa;

21.1.4. deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

21.1.5. ensejar o retardamento da execução do objeto;

21.1.6. não mantiver a proposta;

21.1.7. cometer fraude fiscal;

21.1.8. comportar-se de modo inidôneo.

21.2. As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.

21.3. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

21.4. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

21.4.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

21.4.2. Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

21.4.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

21.4.4. Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;

21.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

21.6. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

21.7. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública

nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

21.8. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

21.9. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

21.10. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

21.11. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

21.12. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

21.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

21.14. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

22. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO.

22.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

22.2. A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail cpl.selog.ditec@pf.gov.br ou por petição dirigida ou protocolada no endereço SAIS Quadra 07, lote 23, CEP 70610-902, Setor de Licitações/SELOG - Diretoria Técnico-Científica.

22.3. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até dois dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.

22.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

22.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.

22.6. O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

22.7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

22.7.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

22.8. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

23. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.

23.1. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

- 23.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- 23.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.
- 23.4. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 23.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 23.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 23.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 23.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 23.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 23.10. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 23.11. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico www.comprasgovernamentais.gov.br, e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço SAIS Quadra 07, lote 23, CEP 70610-902, Setor de Licitações/SELOG - Diretoria Técnico-Científica, tel.: (61) 2024-9573 nos dias úteis, no horário das 09h00 às 17h00, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.
- 23.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I - Termo de Referência;

ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato.

ANEXO III - ETP

Brasília, 10 de dezembro de 2021.

NIVALDO PONCIO
Perito Criminal Federal
Diretor Técnico-Científico



Documento assinado eletronicamente por **NIVALDO PONCIO, Diretor(a)**, em 13/12/2021, às 15:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **21406208** e o código CRC **5BC22D89**.

Referência: Processo nº 08200.022704/2021-21

SEI nº 21406208